

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA NO VALE DO MUCURI (MG): UMA EXPERIÊNCIA POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

CLAUDINEI DA SILVA PEREIRA¹

Resumo: A construção de novas escalas de implementação das políticas públicas vem ocorrendo com a redução da atuação do Estado-nação na proposição de políticas macroeconômicas e de um projeto de país. A abordagem do desenvolvimento local surge como uma das possíveis alternativas para contornar as desigualdades sociais e ampara-se no discurso da participação social como instrumento de democratização e descentralização das políticas públicas. Assim, analisamos como o Programa Territórios da Cidadania possibilitou novos arranjos políticos entre a sociedade civil organizada e as instâncias do poder público municipal. Para isso, abordamos a construção de uma Escola Família Agrícola que vem sendo gerenciada por uma Associação que envolve organizações sociais e prefeituras de quatro municípios.

Palavras-chave: EFACIL; Participação social; Educação;

AGRICULTURAL FAMILY SCHOOL IN VALE DO MUCURI (MG): AN EXPERIENCE THROUGH TERRITORIAL PUBLIC POLICIES

Abstract: The construction of new scales of implementation of public policies is happening with the reduction of the Nation-State action in proposing macroeconomic policies and a national project. The approach to local development emerges as a possible way to overcome social inequalities and based on the discourse of social participation as a tool for democratization and decentralization of public policies. Thus, we analyze how the Programa Territórios da Cidadania allowed new political arrangements between civil society organizations and the level of municipal government. Therefore, we approach the construction of an Agricultural Family School which is being managed by an association involving social organizations and four municipal governments.

Key-words: EFACIL; Social participation; Education.

1 – Introdução

O neoliberalismo ao engendrar o enfraquecimento do Estado nacional e de suas responsabilidades, reforçou as perspectivas do poder local e do desenvolvimento local e regional. Assim, o Estado nacional reduz a capacidade de ser o regulador e propositor de estruturas macroeconômicas, que são os instrumentos básicos das políticas de desenvolvimento (BRANDÃO, 2007).

A perspectiva do território como fundamento das políticas de desenvolvimento no Brasil tem se intensificado a partir da década de 1990, sendo feitos novos recortes espaciais em que o Estado descentraliza políticas públicas delegando aos sujeitos locais (indivíduos e organizações) e entes estaduais e municipais, novas

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Campus Presidente Prudente – SP. E-mail de contato: claudinei.kau@gmail.com

funções. Assim, é crescente a participação da sociedade organizada que se fundamentada na gestão de projetos de âmbito local e acabam assumindo responsabilidades que eram ou deveriam ser do Estado (ORTEGA, 2008).

Arretche (1996) ao associar democracia e participação da população na decisão e na gestão de políticas, questiona se o processo de descentralização, que ocorreu no Brasil a partir de 1988, possibilitou maior controle da população sobre os órgãos públicos. Para a autora um poder centralizado não é sinônimo de autoritarismo, ao mesmo tempo em que seu inverso, a descentralização, não se converte automaticamente em controle da gestão dos bens públicos pela população, em que pese na escala local a maior força dos grupos oligárquicos e de uma elite privilegiada que impõe seus mandonismos as instâncias públicas.

Assim, as políticas de desenvolvimento territorial preconizam a partir da participação dos movimentos sociais, maior atuação nas esferas do Estado, preconizando democratização e descentralização na formatação e gestão das políticas públicas (RUA, 2005). Nesse sentido, o Programa Território da Cidadania buscou fomentar a participação da sociedade civil na elaboração de ações que levassem em consideração as peculiaridades locais e regionais.

Deste modo, analisaremos a participação social a partir de uma das ações do Território da Cidadania do Vale do Mucuri (TCVM) em Minas Gerais que foi instituído no ano de 2008, tendo sido organizado como território em 2003 quando a Associação dos Municípios do Vale do Mucuri (AMUC) submeteu ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o plano de instalação do Território Rural do Mucuri. Desta forma, este território surgiu do anseio dos representantes dos municípios que almejavam acessar os recursos do MDA via PRONAF-Infraestrutura e Serviços Municipais, não levando em consideração os elementos de vínculos históricos, identidade e de participação dos setores representativos da agricultura familiar na promoção deste Território (CAI-MUCURI, 2011). Sua organização operacional se fez envolvendo a AMUC e o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas (IDENE) e, posteriormente, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Em 2008, houve a modificação do enfoque de política rural para a política da cidadania e outras organizações representativas da agricultura familiar e setores

urbanos foram inseridos no Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER). O TCVM foi subdividido em cinco setores², o que evidencia as diferenças internas dos municípios que o integram e os objetivos cobijados por seus representantes junto aos fóruns de deliberação.

A partir deste fato, abordaremos a ação territorial que vem sendo executada nos quatro municípios que compõe a Microrregião Noroeste do TCVM formada por Carai, Catuji, Itaipé e Ladainha no qual integram o projeto territorial de uma escola agrícola que vem sendo gerenciada por uma associação intermunicipal construída com a participação da sociedade civil organizada e dos poderes públicos municipais.

2 – A Escola Família Agrícola

A origem da Escola Família Agrícola de Carai, Catuji, Itaipé e Ladainha (EFACIL) está vinculada ao antigo projeto de construção de uma escola agrícola proposto em 2005 pelos municípios acima mencionados, quando os movimentos organizados da sociedade civil e participantes do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Mucuri, a partir da demanda de agentes locais e de agricultores que, após realização de diagnóstico da agropecuária nos municípios deste território, demandaram ações direcionadas a agricultura familiar, assim conseguiram aprovar um projeto para a implantação de uma Escola Família Agrícola (EFA) e pleitearam recursos junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário na modalidade Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais MDA/PROINF³.

O município de Itaipé cedeu o terreno e foi o proponente jurídico do projeto, onde foi construído um prédio que iria abrigar a escola. Esse projeto consistiu na construção de um edifício então sediado no antigo Polo Agroindustrial do município, distante 4 km da sede urbana, que constava na planta: salas de aula, refeitório, dormitório e uma área de aproximadamente 12 hectares para a realização de

² Segundo consta nos documentos elaborados para o Território do Vale do Mucuri, os fundamentos de criação destas sub-regiões estão relacionados a maior integração que estes municípios possuem entre si e as dificuldades de locomoção de seus representantes para participarem das reuniões conjuntas no colegiado territorial. Com as subdivisões ocorreriam maior integração local entre os municípios de cada área.

³ Entrevista realizada com Claudino, em setembro de 2014, atual presidente da Associação Escola Família Agrícola (AEFACIL).

XI – ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE

A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA AÇÃO
DE 9 A 12 DE OUTUBRO

atividades didáticas e cultivos agrícolas. Devido à falta de recursos financeiros e empecilhos burocráticos a iniciativa foi abandonada e o prédio permaneceu fechado, em processo de degradação e alvo de predação por alguns anos (PROPOSTA EFACIL, 2012). Na Figura 1 mostra os municípios proponentes do projeto da EFA e a localização da escola no município de Itaipé.

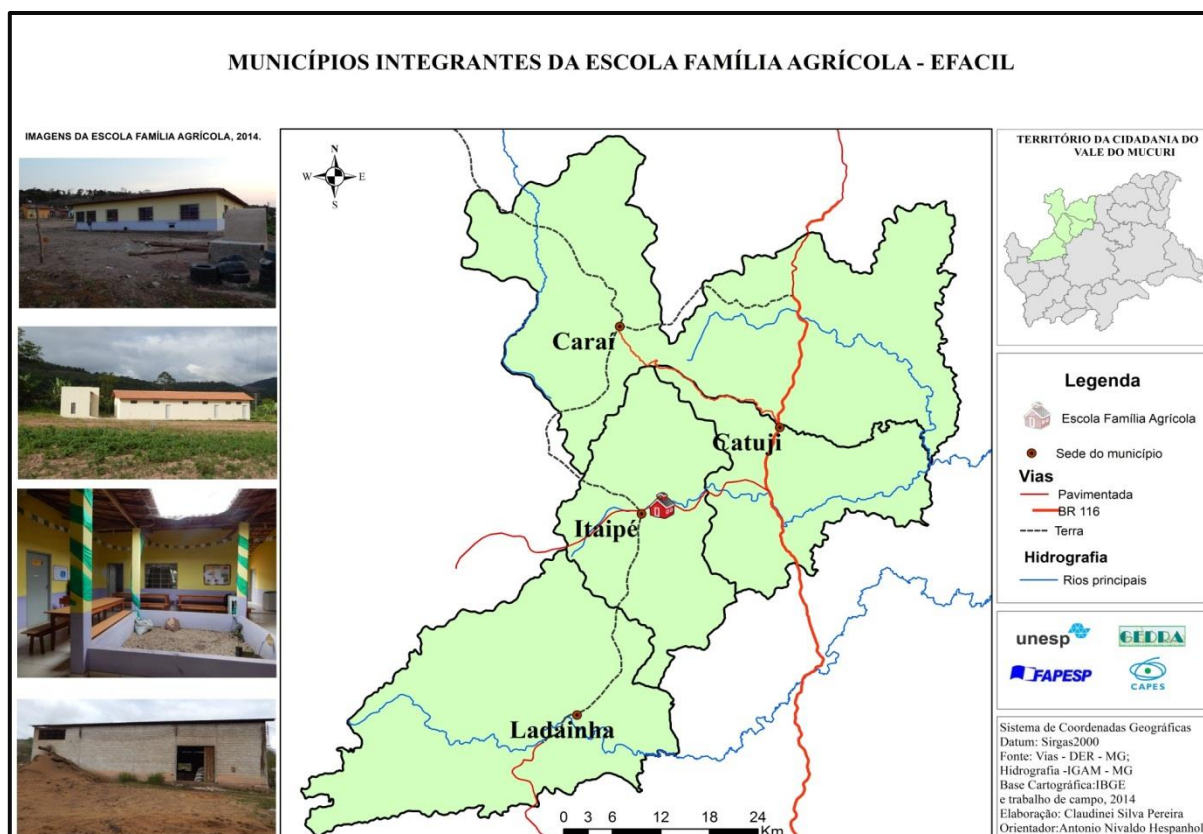


Figura 1. Mapa dos municípios integrantes da Escola Família Agrícola – EFACIL
Fonte: Trabalho de Campo, 2014. Elaboração: Claudinei Silva Pereira

Com a dificuldade de concretização e funcionamento da EFA, a prefeitura de Itaipé cedeu parte do terreno para construção de um conjunto habitacional popular, o que reduziu a área disponível do antigo Polo Agroindustrial, que basicamente possuía uma unidade de beneficiamento de café (limpar e secar) e um edifício inconcluso e abandonado que foi projetado para ser o abatedouro municipal. Assim, foi neste Polo Agroindustrial que a escola agrícola foi pensada e construída. Na Figura 2 consta, em primeiro plano, o prédio projetado para ser a escola e, ao fundo, residências pertencentes ao conjunto habitacional.



Figura 2 - Prédio direcionado à Escola Agrícola do município de Itaipé
Fonte: Trabalho de campo, 16 de Janeiro de 2014.

Com a constituição do Território da Cidadania em 2008, houve novas tentativas em dar prosseguimento ao projeto da EFA, quando então o Grupo de Extensão e Pesquisa da Agricultura Familiar (GEPAF) pertencente à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, aliou-se aos representantes de associações comunitárias rurais, sindicato dos trabalhadores rurais, prefeituras, conselhos municipais de desenvolvimento rural e sustentável (CMDRS) e EMATER e formaram uma comissão em prol da EFA (PROPOSTA EFACIL, 2012).

Para conseguir articular politicamente as diversas instituições dos municípios e representantes da sociedade civil, em 2009 foi criada a Associação Escola Família Agrícola de Carai, Catuji, Itaipé e Ladainha (AEFACIL) que passou a liderar os processos burocráticos e políticos para concretizar sua implantação.

Com a formação da AEFACIL decidiram que a EFACIL iria atuar no Ensino Médio e ofertaria o curso profissionalizante de Técnico em Agropecuária, conjuntamente. Para isso, submeteram ao Território da Cidadania do Vale Mucuri novo projeto de ampliação das infraestruturas da EFACIL, sendo que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) investiu R\$225.000,00 na construção de um novo prédio e na melhoria do já existente. Neste novo edifício constam três salas e dois banheiros coletivos, tal como indicado na Figura 3.



Figura 3 - Prédio da EFACIL construído com recursos do Programa Territórios da Cidadania
Fonte: Claudino (presidente da AEFACIL). Foto: Claudinei Silva Pereira, 16 de Janeiro de 2014.

Os mobiliários como camas, armários, mesas e demais infraestruturas foram doados pelas prefeituras e pelos sindicatos dos trabalhadores rurais. Os livros didáticos que seriam usados nas aulas do Ensino Médio foram repassados pelas diversas secretarias de educação, contudo estes já estavam deteriorados, pois foram usados por outros discentes da rede regular de ensino destes municípios.

Como a EFACIL é um projeto que tem seus fundamentos alicerçados no empoderamento da população e vinculados às instituições dos quatro municípios, para seu gerenciamento, do ponto de vista jurídico e administrativo, a Associação Escola Família Agrícola de Carai, Catuji, Itaipé e Ladainha (AEFACIL) é composta por representantes das associações de agricultores, sindicatos dos trabalhadores rurais dos quatro municípios e de representantes das prefeituras. Além disso, por ser um projeto que busca a emancipação política e justiça social, os alunos, pais e professores também participam da gestão pedagógica.

A diretoria é a instância principal da referida associação por tomar as principais decisões no que concerne ao funcionamento da escola; destaca-se também o conselho deliberativo e fiscal que possui representantes das prefeituras e sindicatos que são os elos financeiros para a manutenção da escola. Segundo o presidente, as prefeituras participam apenas na parte relativa às despesas financeiras da escola, não interferindo no funcionamento da mesma ou tendo poder político sobre escolha de diretor ou demais funcionários.

A AEFACIL possui uma estrutura que combina o trabalho assalariado com o voluntariado, sendo que os representantes das prefeituras são remunerados para tal, já os representantes das associações rurais e, inclusive o presidente, não recebem remunerações. Eventualmente quando ocorrem reuniões em outras cidades, a AEFACIL pode ajudar a arcar com custos de transporte, alimentação, hospedagem do participante, mas não há pagamento de diária para o mesmo.

Para dar continuidade ao plano de funcionamento da escola, após ter concluído a construção do novo prédio e a remodelação do antigo edifício, pleiteou junto à Secretaria Estadual de Educação as documentações pertinentes à autorização para o funcionamento escola. A burocracia necessária para liberação demorou certo tempo, pois a escola tinha como proposta funcionar em regime de tempo integral e envolver dois tipos de ensino (Ensino Médio Regular e a Formação de Técnico em Agropecuária) e para tanto, deveria providenciar o Plano Político-Pedagógico dos dois cursos e as condições logísticas adequadas e necessárias para manutenção dos alunos, pois iria praticar o processo de ensino-aprendizagem a partir do Método da Pedagogia da Alternância.

Este método de ensino busca articular a formação do aluno em dois contextos distintos e interligados, no qual há permanência por determinado tempo na escola no sistema de internato, e noutro a prática em sua residência e comunidade de origem. De acordo com Nascimento (2005), neste método são realizados os seguintes processos e etapas:

Baseia-se num método científico. Observar, ver, descrever, refletir, analisar, julgar e experimentar, agir ou questionar (através dos Planos de estudos na família, comunidade ou na escola), procurar responder às questões (através das aulas, palestras, visitas, pesquisas, estágios) e experimentar (fazer experimentar em casa a partir do aprofundamento). (...) o princípio é que a vida ensina mais que a escola, por isso, o centro do processo ensino-aprendizagem é o aluno e a sua realidade. A experiência socioprofissional se torna ponto de partida no processo de ensinar e, também, ponto de chegada, pois o método da alternância constitui-se no tripé ação-reflexão-ação - ou prática – teoria – prática. A teoria está sempre em função de melhorar a qualidade de vida (NASCIMENTO, 2005, p.6).

A AEFACIL, ao conseguir estruturar seu plano de ensino e providenciar as exigências requeridas pela Secretaria Estadual de Educação, foi autorizada no final de 2013 a iniciar o processo de seleção de alunos para o ano letivo de 2014. Desta

forma, teve que articular junto às prefeituras, sindicatos e associações de agricultores dos municípios as estratégias para conseguir os alunos necessários para o início das aulas. Entre dezembro de 2013 a janeiro de 2014 foi aberto o período de matrícula para alunos, primeiramente filhos de agricultores dos quatro municípios, posteriormente, devido à baixa demanda pelas vagas, foi possibilitado que alunos que não fossem filhos de agricultores pudessem se inscrever, e até mesmo aqueles provenientes de outros municípios próximos.

A contratação de funcionários para a escola foi realizada em janeiro de 2014, sendo contratados dois tipos de professores (chamados de monitores): um grupo caracterizado como monitores internos e outro como monitores externos. A monitoria interna tem como característica, além de ministrar aulas e outras funções na escola, pernoitar na mesma em alguns dias na semana para acompanhar e cuidar dos alunos; já os monitores externos restringem-se, em geral, a ministrar certas disciplinas e/ou outras funções de acordo com o contrato de trabalho firmado.

Deste modo, a inauguração da EFACIL ocorreu no dia 02 de fevereiro de 2014 e contou com a participação de pais, alunos, dos sindicatos dos trabalhadores rurais e diversos representantes dos poderes públicos municipais e da UFVJM.

Com o início do seu funcionamento, compareceram as dificuldades enfrentadas pela escola em seu cotidiano, no qual dividimos em: 1) burocráticas e 2) práticas.

1) No quesito burocrático: estamos considerando a vertente administrativa, ou seja, por ser gerida por uma associação e envolver quatro municípios há dificuldades das dotações orçamentárias para seu funcionamento, pois as prefeituras contribuem de forma diferenciada e as prefeituras de Catuji e Carai não têm repassado as verbas acordadas junto a AEFACIL, sendo que em 2014, Catuji pagou apenas 50%, ou seja, R\$ 5.000,00, enquanto Carai não depositou nenhuma verba. Já em 2015, as duas prefeituras não repassaram nenhum recurso para a associação, enquanto que as demais prefeituras e os sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios vêm repassando mensalmente os valores acordados. No Quadro 1, indica os alunos matriculados nas turmas ingressantes em 2014 e 2015, e os montantes financeiros que cada instituição deve repassar anualmente para manutenção da escola.

XI – ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE

A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA AÇÃO
DE 9 A 12 DE OUTUBRO

| Município | Nº alunos matriculados turma 2014* | Nº Alunos matriculados turma 2015 | Repasse R\$ de cada prefeitura (anual) | Repasse R\$ Sindicatos Rurais (anual) | Total R\$ por município (anual) |
|--|---|-----------------------------------|--|---------------------------------------|---------------------------------|
| Caraí | 15 | 04 | 35.000,00 | 4.344,00 | 39.344,00 |
| Catuji | 04 | 03 | 10.000,00 | 4.344,00 | 14.344,00 |
| Itaipé | 07 | 03 | 35.000,00** | 4.344,00 | 39.344,00 |
| Ladainha | 14 | 05 | 35.000,00 | 4.344,00 | 39.344,00 |
| Novo Cruzeiro | 01 | 04 | Não há instituições destes municípios participando na EFACIL | | |
| Teófilo Otoni | 01 | --- | | | |
| Total | 42 | 19 | 115.000,00 | 17.376,00 | 132.376,00 |
| * Dados de agosto de 2014, quando houve 13 desistências, e até junho de 2015 mais 4 desistências, totalizando 17. Assim, haviam 38 alunos matriculados da turma de 2014. ** Itaipé em 2015 repassou R\$ 60.000,00 | | | | | |
| Agosto de 2014 | O quadro de funcionários era composto por 3 monitores internos, 6 professores externos, 1 diretora, 1 secretária e 1 servente – Total funcionários = 12 | | | | |
| Junho de 2015 | O quadro de funcionários era composto por 7 monitores internos, 4 professores externos, 1 diretora, 1 secretária e 1 servente – Total funcionários = 14 | | | | |

Quadro 1 - Repasses anuais em reais (R\$) por instituição e relação de alunos matriculados na EFACIL, por municípios.

Fonte: Trabalho de campo, 2014 e entrevista com o presidente da AEFACIL, Junho de 2015.

Raffestin (1993) ao discorrer sobre as diferentes formas do poder, diferencia o poder do Estado do poder dos sujeitos sociais, e para isso elucida os instrumentos engendrados pelo Estado para impor sua forma de poder dominante. Para o caso em específico da AEFACIL, entendemos que ela representa o poder dos movimentos sociais, enquanto que as prefeituras uma das dimensões do Estado, e dessa forma, há uma confrontação de poder que se desenrola em torno da existência da EFACIL, pois a recusa das prefeituras de Caraí e Catuji em não repassarem as verbas anuais acordados é um mecanismo que tenta deslegitimar o projeto social e coletivo que vem sendo gestado para a educação dos jovens filhos de agricultores. Assim, no discurso o poder estatal destes municípios é favorável ao projeto, mas na prática há o 'boicote', pois dificulta sua viabilidade econômica e possibilidades de planejamento que permitam a ampliação das infraestruturas para melhor equipar as salas de aula, alojamentos e instrumentos direcionados as práticas pedagógicas de campo, o que reflete na falta de biblioteca e laboratórios.

Para Freire (2001) os movimentos sociais ao organizarem escolas e as manterem, estão de certa forma contribuindo para a omissão do Estado na oferta

deste direito aos cidadãos, pois, de acordo com este autor, mesmo que haja escolas organizadas pelos movimentos sociais, sua luta deverá pressionar o Estado a cumprir seu dever de provedor da educação pública e de qualidade, seja aquela voltada para profissionalização ou da formação regular para democratizar o acesso do povo ao conhecimento científico.

A partir de Smith (2000) ao abordar a produção de escala geográfica de atuação política, a AEFACIL extrapola os limites do município e se constitui numa escala intermunicipal, redefinindo novas lógicas de articular politicamente as instâncias do Estado junto à sociedade civil, além de pressionar e exigir do Estado o cumprimento e garantia dos meios adequados que assegurem o direito à educação para os filhos dos agricultores, ademais se esforça em construir e reforçar a consciência coletiva da população destes municípios sobre a importância social, política, empoderamento coletivo e produtiva que a EFACIL pode vir a desempenhar ao oferecer mão de obra que venha a prestar serviços de assistência técnica e extensão rural para os agricultores destes municípios.

2) No quesito prático: elencamos o diferencial da EFACIL, que além da formação escolar regular e de técnico agropecuário, adota concepção político-pedagógica alicerçada na formação de cidadãos atuantes, pois fomenta que o discente ao longo do curso se envolva com aspectos concernentes a organização de sua comunidade e possa participar ativamente como sujeito do processo de modificação local, seja por meio do conhecimento aplicado na área agropecuária ou até mesmo de seu caráter político como residente, situado nos acontecimentos da sua comunidade ou município, fundamentando a participação para construção de uma nova realidade (GOHN, 2011).

Porém, este ciclo entre escola e residência gera certa dificuldade de transporte para alguns alunos, pois estes moram em Córregos⁴ diferentes em seus respectivos municípios. As prefeituras oferecem o transporte para a escola, porém alguns alunos têm que se deslocar a longas distâncias até determinado local para acessar o veículo que transporta os demais alunos, sendo que este caso é

⁴ Córregos (escrito em letra maiúscula) é definido neste trabalho como sendo espaço de convivência e moradia e uma forma de subdivisão da área rural nestes municípios; diferencia-se de córrego (escrito em letra minúscula) que se refere a um pequeno curso de água.

particularmente agravante nos municípios de Carai e Ladainha. O revezamento quinzenal das turmas é relacionado ao pequeno espaço físico da escola para comportar todos os alunos e, principalmente, por permitir o funcionamento constante da escola devido à alternância de 15 dias na escola e outros 15 dias em suas residências.

Do ponto de vista da gestão educacional e condução da escola, houve certos problemas em 2014 envolvendo o antigo diretor e alguns alunos, o que ocasionou a exoneração do diretor, em reunião realizada pela AEFACIL. Além deste fato, alguns monitores externos pediram demissão da escola, porque não estavam conseguindo conciliar as aulas na EFACIL e nas suas escolas de origem; já a saída dos monitores internos relacionava-se com a não adaptação ao estilo de funcionamento da escola e a prolongadas jornadas de trabalho semanal, já que além de cumprirem a carga semanal de 40 horas ministrando disciplinas e participando do gerenciamento da escola, tinham que pernoitar na mesma, o que elevava consideravelmente sua jornada de trabalho.

Para o ano letivo de 2015, foram contratados novos monitores internos e externos. A elevada rotatividade de monitores e a permanência de poucos ao longo do ano compromete a consolidação de um processo de formação educacional coerente, seja em relação ao Ensino Médio ou a formação técnica, pois como não há permanência do corpo docente, a criação e implementação de projetos de ensino são comprometidos para um processo educacional coerente (FAUNDEZ, 1993).

3 – Considerações finais

O projeto político da AEFACIL ainda precisa se impor como relevante para a sociedade nestes municípios e, sobretudo, pressionar o poder estatal dos municípios de Carai e Catuji da sua importância política, social e futuramente produtiva para a agricultura familiar nestes municípios, visto que, o não repasse de verbas para a associação constitui um instrumento de negação do projeto social e educacional e reforça as mazelas e desigualdades de poder entre as instâncias do Estado e da sociedade civil organizada localmente.

As forças de resistência dos movimentos sociais constituídos em torno da EFACIL compõe um processo de luta e de saberes que vão se firmando por meio do conhecimento emancipatório da classe que historicamente foi negligenciada pelas políticas do Estado, mas que ainda é preciso consolidar a educação como uma política efetiva no âmbito municipal para dar seguimento à expansão da escola e de melhoria das infraestruturas e equipamentos de ensino que garantam o acesso e condições de permanência dos filhos dos agricultores no ensino técnico.

Referências

ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização: Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 31, p. 44-66, 1996.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

CÉLULA DE ACOMPANHAMENTO E INFORMAÇÃO - CAI. **Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das Condições de Vida e do Desenvolvimento no Território do Vale do Mucuri**, Minas Gerais. UFVJM: Teófilo Otoni, 2011.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA. Proposta Político-Pedagógica da EFACIL. Itaipé, 2012. (documento interno impresso).

FAUNDEZ, Antonio. O poder da participação. Tradução de Lígia Chiappini e Eliane Martins. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. Política e educação: ensaios. 5. Ed. - São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. – São Paulo: Ática, 1993.

RUA, João. Desenvolvimento: em busca da regeneração de um conceito. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, 2005.

SMITH, Neil. Contornos de uma política especializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. pp.132-175.